

## ANALISANDO A INCLUSÃO NA VISÃO DOCENTE

Iana Paola Monte Freire <sup>1</sup>  
Fábia Geisa Amaral Silva <sup>2</sup>  
Francisco de Lima Araújo Filho <sup>3</sup>  
Maria de Fátima Bezerra <sup>4</sup>

### RESUMO

O presente estudo buscou verificar que a problemática da inclusão na escola remonta há décadas. Para estudiosos, ao longo da história, os textos oficiais vigentes apresentam mecanismos que orientam educadores e educandos sobre a formação docente diante da prática de inclusão nas escolas. Espera-se que nessa formação de educadores estejam previstos componentes curriculares que contemplem estudos e conteúdos acerca das necessidades e potencialidade dos alunos, bem como as decorrentes práticas de ensino a serem adotadas em classes comuns do ensino regular. Foi nessa intenção que se tenta compreender qual o papel dos professores na inclusão. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo na Escola de Ensino Fundamental Moacir Ferreira da Silva, que se localiza na cidade de Eusébio, Ceará. Participam professores, que responderam as questões indagadas, onde tenta-se identificar como esses profissionais trabalham com a inclusão. Partindo desse movimento de inclusão, o professor precisa ter a capacidade de conviver com as diferenças e superar os preconceitos, ou seja, preparar as crianças para situações novas que surgem no cotidiano da sala de aula. Assim, as formações de professores devem ter como finalidade a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que se trabalha.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Formação de Professores.

### INTRODUÇÃO

A opção pelo tema ocorre devido ao fato de trabalhar em uma escola pública municipal e perceber a necessidade de formação para os educadores no contexto educacional infantil para que a inclusão e não a integração de crianças com necessidades especiais funcione na instituição. Esta situação real que acontece diariamente chama atenção e fez pensar no que poderia ser feito para mudar tal situação.

Nesse sentido, são necessários alguns questionamentos para o aprofundamento no tema realizando-se pesquisa sobre: como se dá o entendimento sobre a inclusão nas escolas? O que seria preciso para que os educadores se sintam capacitados, qualificados para trabalhar

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia da Faculdade Cearense (FAC) / Especialista em Educação Inclusiva e Especial, [ianamonteeduc@gmail.com](mailto:ianamonteeduc@gmail.com);

<sup>2</sup>Especialista em Gestão Escolar da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, [fabia.geisa2009@gmail.com](mailto:fabia.geisa2009@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduando em Letras/Português da Universidade Estadual do Ceará – UECE, [limafilho491@gmail.com](mailto:limafilho491@gmail.com);

<sup>4</sup>Mestra do Curso de Ciência da Educação da Universidade São Carlos – PY, [fabezerra2002@yahoo.com.br](mailto:fabezerra2002@yahoo.com.br).

as crianças com necessidades especiais? Como se dá a comunicação entre o professor da sala de aula e o responsável pelo AEE?

Diante de tais questionamentos, a referida pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira os educadores atuam na sua prática pedagógica, atendendo os educandos com necessidades especiais. Além desse ponto vamos verificar as dificuldades desses alunos em interagir com os demais colegas; investigar o nível de qualificação dos educadores sobre a formação adequada em trabalhar com essas crianças; debater sobre o preconceito existente dentro da sociedade em relação à aceitação das crianças com necessidades especiais em seu meio e levantar informações sobre a escola diante a inclusão.

Um dos desafios para a garantia de qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos dificuldades e necessidades educativas especiais, é a existência de uma política de formação de educadores e a existência de um projeto pedagógico compartilhado para formar profissionais comprometidos com a aprendizagem integral de seus alunos.

Realiza-se ainda, entrevista com docentes sobre questões diante da inclusão nas escolas, onde 04 (quatro) professores acrescentaram informações da realidade de sua sala de aula, porém, os dados aqui coletados serão utilizados dentro da legalidade e idoneidade conforme determina a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. As informações serão usadas apenas como fonte de informação na pesquisa e os resultados apresentados são do cotidiano das salas de aulas dos professores.

Percebe-se que atualmente o processo de inclusão está sendo um tema em evidência, no entanto, compreende-se que a inclusão leva a questionamentos que merecem um olhar especial e reflexivo, devendo centrar-se numa compreensão sobre o saber pedagógico e como ocorre o processo de ensino, numa perspectiva que se possa aprender de forma significativa, para que essa aprendizagem, seja de forma favorável ao desenvolvimento e viável para todos os alunos com necessidades educativas especiais.

## **METODOLOGIA**

A metodologia apresentada é de cunho bibliográfico, baseado em estudiosos como, Ainscow (1997, 2000), Correia (2000), Costa (1996), Mantoan (2003), dentre outros.

O problema destaca-se em verificar qual o papel da escola diante da inclusão e o que pensam educadores diante da realidade que enfrentam na sala de aula em seu cotidiano.

Realiza-se ainda, pesquisa de campo na Escola de Ensino Fundamental Moacir Ferreira da Silva, que se localiza na cidade de Eusébio, Ceará. Participam 4 professoras que respondem as questões do seu cotidiano em sala de aula com relação a inclusão.

André e Lüdke (1986) indagam sobre as contribuições da abordagem qualitativa de pesquisa para a Educação. A tentativa de responder as questões, levam-nos a mostrar como a pesquisa qualitativa se insere no contexto da pesquisa educacional e evidencia os estudos de caráter etnográfico como alternativa para a consecução de investigações que deem conta dos significados que circulam nas escolas.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA INCLUSÃO**

É certo que se tem uma história marcada pela eliminação do “outro” resultando em uma sociedade de excluídos. É certo também que na era da reestruturação produtiva, das flexibilizações e das desregulamentações, tende a crescer, cada vez mais a fragmentação do homem, dividindo-o entre qualificados e não qualificados, homens e mulheres, negros e brancos, jovens e velhos, bons e maus, instruídos e não instruídos.

É certo que a educação formal sempre esteve identificada com esses princípios apresentando-se como dualista, homogênea, segregadora, portanto, uma educação geradora de desigualdades e diferenças. A ruptura com essa ideologia vem sendo debatida e recentemente exercitada em vários países, entre eles, o Brasil, e ganha relevância com a movimentação dos grupos sociais que passaram a ter voz com aprovação de legislações que reconhecem os direitos humanos e, conseqüentemente, o respeito às diferenças.

Apple (2002) comenta que quando existe, inclusão/exclusão, pobreza/riqueza, são, portanto, dicotomias relacionadas à desigualdade e em consequência, ao tema da igualdade. Por via de consequência, são relações e não estados. Relações ligadas à oposição entre liberdade e igualdade.

Concepções de educação perante a diversidade cultural têm variado ao longo das discussões. No entanto, podemos considerar que é na institucionalização de um discurso que defende o direito de todos à educação e à qualidade de oportunidades que se enraízam as ações educativas de resposta à multiculturalidade.

Diante desse quadro, os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação formal têm sido motivos de ampla discussão na sociedade brasileira atualmente. Essas discussões têm resultado na compreensão quanto à necessidade de empreender esforços coletivos para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que ofereça um ensino com qualidade.

No entanto, o empenho na implantação de medidas institucionais, facilitou o acesso à educação não representando, porém, mudanças significativas no atendimento. O quadro emblemático da continuidade da exclusão no processo educacional é de certo modo atenuado no que diz respeito ao acesso, porém, reinventado na repetência e no abandono.

Essa competência se encontra perante um grande desafio que é de garantir o acesso e a permanência na escola oferecendo conteúdos básicos a todos e assegurando oportunidades diferenciadas (equidade) com vistas à busca da igualdade sem homogeneização.

Demo (1997, p. 16) comenta que, “os desafios educacionais têm dimensões incalculáveis, pois a própria instrução escolar precisa mudar profundamente se não quiser desaparecer arrastada pelas ondas das exigências sociais e individuais daqueles que devem ser educados”.

Diante dessas contradições que se apresentam através do esforço em proporcionar a educação para todos, ao mesmo tempo em que a faz cessar pela evasão e repetência tem-se uma questão ainda a ser resolvida que é de assegurar, a cada um, a igualdade de oportunidades no exercício de seus direitos.

Como diz Gentili (1998, p. 176) “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio”. As discussões apontam também como necessidade, o rompimento com o entendimento de sujeito homogêneo, de consciência unitária, submetido à dominação para a construção de um sujeito consciente, crítico e de fato autônomo. Para esse empreendimento, o currículo educacional não pode estar alienado das diversas identidades sociais e culturais.

A problemática pertinente ao atendimento escolar para “Todos”, gerou compromissos com os pobres, meninos de rua, mulheres, migrantes e imigrantes, populações de zona urbana e rural, indígenas, minorias étnicas, raciais, homens e mulheres de todas as idades, enfim, com todos aqueles que não conseguiram alcançar o desenvolvimento proposto ficando à margem do processo. Ou seja, a luta contra a exclusão social e a desqualificação, e em decorrência disso, enfatiza-se o discurso referente ao respeito às multiculturas e a negação das diferenças.

Como diz Ferreira; Aguiar (2001, p. 238):

A busca da homogeneidade, que confere com os propósitos do projeto econômico e político global, comprometem o papel da escola na luta pela inclusão social dos diferentes e dos diferentes segmentos sociais com menos capacidade de enfrentar a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

competitividade e de lidar com questões atuais que caracterizam este momento social.

A questão essencial para a educação escolar passa então pela necessidade de se adaptar a esse contexto, respeitando as diferenças e superando as desigualdades. Essa postura de reconhecimento do direito à diferença tem exigido atenção à prática pedagógica, aos processos de produção e à valorização cultural e cuidados especiais aos juízos polarizados que, tendencialmente, vêm se produzindo ao longo da trajetória.

De certo modo, educar dentro e para a diversidade exige, sobretudo, uma mudança profunda nas práticas educacionais.

A esse desafio, modelos de conduta, formas estáticas e homogêneas de reconhecer o mundo e as pessoas já não são possíveis atualmente. Necessitamos oportunizar uma escola de convivência democrática que priorize os direitos humanos conquistados pelos cidadãos, que fortaleça a cultura individual e o respeito às diferenças.

Reconhecendo esse dinamismo, entende-se que a escola tem um papel que lhe é própria, que é o de sua ressignificação que por sua vez requer esforços de todos os segmentos.

Cabe, no entanto, reconhecer que tais avanços por si só ainda não são suficientes, é preciso compreendê-los como parte de uma trajetória permanente, cujo sentido primordial é o de manter a originalidade de nossas formas de existir. E assim, a escola poderá estar cumprindo o seu papel de socializar o conhecimento e investir na qualidade do ensino. Porém, deve modificar sua prática que muitas vezes, se encontra fragmentada e individualista, talvez como reflexo da divisão social em que está inserida.

## **OS DOCENTES E AS ATITUDES EM SALA DIANTE DA INCLUSÃO**

Toda escola, não apenas a inclusiva, deve estar atenta à diversidade e para isso é fundamental uma mudança de atitude de toda a comunidade educativa, desde o grupo gestor e pedagógico, ao porteiro que fica recebendo as crianças e, principalmente dos professores que estão mais diretamente implicados no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, Ruela (2000) refere que os professores devem definir estratégias adequadas de modo a respeitar o desenvolvimento e ritmo de cada aluno. A cada dia reconhece-se o direito à criança com necessidades educativas especiais de frequentar a escola regular e ter as mesmas oportunidades (embora adaptadas às suas condições) e os mesmos direitos que qualquer outra criança.

Segundo Ainscow (1997, p. 28) definiu seis itens que parecem ser fatores de mudança na escola, que se citam:

1. Liderança eficaz, não só por parte do diretor, mas sim alargada a toda a escola;
2. Equipa de profissionais, alunos e comunidade devem estar envolvidos nas orientações e decisões da escola;
3. Trabalho cooperativo, ou seja, as planificações devem ser realizadas em colaboração;
4. Estratégias de coordenação;
5. Fomentar o trabalho de investigação e reflexão;
6. Valorizar toda a equipa de profissionais envolvidos no processo.

Isto significa que são itens fundamentais para reestruturar a escola e preparar os professores para conseguirem dar resposta às dificuldades educativas.

Para outro estudioso, o professor do ensino regular para promover o sucesso da inclusão dos alunos de necessidades educativas especiais deve estar preparado, como refere Correia (2000, p. 39), para:

- Compreender como as incapacidades ou desvantagens afetam a aprendizagem;
- Identificar as necessidades educativas e desenvolver experiências de aprendizagens prescritivas;
- Individualizar a educação;
- Compreender a situação emocional da criança;
- Utilizar os serviços de apoio;
- Promover uma comunicação efetiva com os pais;
- Perceber o processo administrativo que leva a organização e gestão do ambiente e aprendizagem.

De acordo com o estudioso, significa que diante do importante papel do professor do ensino regular, o papel do professor do ensino especial é fundamental porque deve fundamentar e promover a colaboração com o professor do ensino regular de forma a ajudá-lo a encontrar respostas educativas de qualidade à diversidade presente nas turmas do ensino regular.

Mas, para que a escola se processe a uma verdadeira inclusão é necessário e fundamental que os professores:

Disponham de conhecimentos que lhes permitam ensinar, na mesma classe, crianças diferentes, com capacidades diferentes na aprendizagem e com níveis diferentes de conhecimentos prévios; os gestores escolares saibam como modificar a organização do estabelecimento educativo e saibam fomentar a auto formação dos professores (COSTA, 1996, p. 154).

Compreende-se com isso que, dentro de uma mesma sala, tem crianças com vários níveis, cabendo, portanto, ao docente, elaborar instruções de conhecimento respeitando os níveis de conhecimento de cada aluno, sendo que para isso, se faz necessária a formação docente.

Assim, comunga-se da ideia de que o professor deve conhecer os seus alunos, tomar consciência da problemática e compreendê-la. Como cita ainda outro estudioso sobre a prática docente:

As boas práticas educativas ocorrem quando os professores operacionalizam formas de diferenciação no seu trabalho gerindo o currículo para todos os alunos do grupo, com a convicção de que todos podem realizar progressos nos seus percursos educativos (MORGADO, 2003, p. 80).

Entende-se com a citação acima que toda a intervenção educativa exige como temos referido uma cooperação entre os intervenientes no processo como professor do ensino regular, do ensino especial, psicólogo, terapeutas, pais que devem ter uma participação ativa no processo ensino/aprendizagem.

Como salienta Correia (2000), todos os profissionais existentes na escola devem acreditar nas possibilidades de sucesso dos seus alunos, quer nos alunos ditos normais e os com necessidades educativas especiais, responsabilizando-se pela aprendizagem de cada um.

Percebemos que existe a necessidade de políticas públicas educacionais, de formação continuada de professores, de mudanças no espaço físico, de compreensão sobre os andamentos da inclusão, enfim, são necessárias várias mudanças desde o currículo pedagógico ao espaço físico estruturante.

Consideramos que a inclusão é feita e construída para todos na escola, uma vez que independente das características sociais, biológicas e sociais, os alunos com dificuldades e necessidades educacionais devem ser vistos como seres humanos de direito e de capacidade cognitiva. Assim necessitamos diante dessas crianças, uma prática pedagógica que vise atender as necessidades dos professores porque é preciso fazer valer os princípios da igualdade, ou seja, erradicar a discriminação presente na sociedade.

De forma geral, no Brasil, a educação inclusiva intensificou-se bastante, se fazendo presente em todo e qualquer ambiente escolar, sendo que a sociedade passou a perceber que as diferenças físicas não são fatores que impedem a aprendizagem e que a criança necessita inter-relacionar-se com outras crianças, interagir e também aprender com os demais colegas.

Diante desse movimento inclusivo, os educadores precisam ter capacidade de conviver e desenvolver ações com as diferenças, superando os preconceitos, os estigmas e os anseios em relação aos excluídos. Por isso, se faz necessário uma capacitação por parte dos órgãos públicos e particulares em promover uma maior acessibilidade e amplitude de conhecimento de oportunidade de capacitação de todos.

Assim, os cursos de formação de profissionais da educação devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros profissionais, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade que eles irão trabalhar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse tópico, são apresentadas as discussões baseadas nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, que são 04 (quatro) professores. Estes responderam cinco questionamentos sobre a inclusão escolar. Os sujeitos envolvidos nessa pesquisa serão mencionados como P1, P2, P3 e P4. A partir dos dados coletados, faz-se uma análise e uma interpretação com foco direcionado para os objetivos que foram descritos.

Além desse aspecto temos que considerar a importância coletada dos dados, no sentido de que essas informações são retratadas e baseadas na opinião de cada docente entrevistado, foi utilizado para a realização da coleta das informações um questionário contendo perguntas e questionamentos dentro do tema abordado.

Diante de todas as respostas onde uma pequena parte dos docentes contribuíram, pode-se perceber que a inclusão, de forma geral, precisa uma atenção e um olhar realmente cuidadoso, pois se trata de uma especialidade única que envolve não só os docentes, mas todos que compõem uma escola.

Diante do 1º questionamento referente: como se dá o entendimento sobre a inclusão nas escolas, apresentamos as seguintes informações:

*P.1. Acredito ser de grande importância principalmente porque a demanda é bem maior do que se pensa e as escolas precisam estar melhor preparadas.*

*P.2. Que todos devem ser tratados iguais, porém respeitando as dificuldades de quem tem.*

*P.3. Inclusão significa dar uma chance a essas crianças tão discriminadas a se socializarem, de forma que possam ser iguais a todo e qualquer ser humano, sem distinção.*

*P.4. Inclusão é não excluir, mas também não é só colocar na escola, é preciso dar qualidade no ensino para que se possa incluir e igualar a todos em todas atividades escolares.*

Nesse sentido, para os professores, a inclusão se faz necessária, uma vez que a discriminação que existe fora dos muros da escola é enfrentada por muitos alunos com necessidades especiais e a escola deve ser sempre o lugar para incluir e nunca para excluir.

No questionamento 2º pautado nos conteúdos que são trabalhados em sala de aula sem distinções de alunos com necessidades especiais ou sem necessidade, obtivemos os seguintes resultados:

*P.1. Depende. Existem crianças que mesmo com suas dificuldades não apresenta prejuízos na aprendizagem. Já em outros casos, o conteúdo precisa ser adaptado ao nível do aluno por ele não acompanhar o mesmo ritmo dos demais.*

*P.2. - Não, são diferenciados.*

*P.3. Sim, mesmos conteúdos, porém nem todos acompanham.*

*P.4. Sim, mas tento fazer adaptações. Por exemplo, ao trabalhar coletivos, com especiais tento mostrar desenhos, mas são os mesmos conteúdos. Alguns acompanham, outros não.*

Podemos considerar que a grande maioria dos docentes entrevistados, citam que os conteúdos são os mesmos. Porém, adaptados e passados de forma dinâmica, dependendo do acompanhamento e desenvolvimento de cada criança, uma vez que cada uma aprende no seu tempo, alguns de forma mais reflexiva e outras de forma contínua, sem apresentar dificuldades aparentes.

Na questão 3ª. perguntamos aos professores como se dá a comunicação entre o professor da sala de aula e o responsável pelo AEE e obtivemos a seguinte resposta:

*P.1. Deve-se ter uma comunicação franca e solidária, onde um ajuda a esclarecer o outro, de forma construtiva e positiva, pois o aluno deficiente ou com transtorno precisa crescer e se desenvolver.*

*P.2. Diálogo aberto, franco, onde o importante é o aluno receber o aprendizado de forma igual, respeitando sempre seus limites.*

*P.3. Essa comunicação é de extrema importância pois a orientadora do AEE, com suas limitações de formação, está sempre disposta a nos ajudar.*

*P.4. Comunicação diária, sincera, discutir as dificuldades e tentar superar para que possamos oferecer o melhor para os alunos.*

Ao responderam que deve haver diálogo sincero, franco e que os problemas são solucionados através desse diálogo. O que realmente é importante, uma vez que o interesse é no bem estar, no aprendizado positivo dos alunos com necessidades.

Na questão 4ª questionamos sobre o que seria preciso para que os educadores se sintam capacitados, qualificados para trabalhar as crianças com necessidades especiais e tivemos a seguinte resposta:

*P.1. É necessária uma preparação melhor e dirigida, já no início da faculdade. Já, dentro do espaço escolar, faz-se necessário o desenvolvimento de cursos, palestras, para que os professores se sintam incentivados e tenham interesse diante da questão da inclusão.*

*P.2. Capacitação frequente pelo menos 1 vez ao ano. Ter material adequado, didático, pedagógico. Ajuda de mais profissionais como psicólogos, fonoterapeutas.*

*P.3. Precisam de capacitações e palestras, questão de atualizar sempre o professor na área da inclusão.*

*P.4. Capacitação a longo prazo, é o principal. Cursos também são de extrema ajuda.*

Os professores necessitam de formação, capacitação e até cursos para trabalhar melhor e não de qualquer jeito, com as crianças especiais. Em conversa livre, as docentes citam a ausência de curso de libras devido a demanda com crianças surdas e mudas. Essas capacitações e cursos não depende da escola, depende da secretaria de educação. E a questão do tempo pedagógico e do tempo em sala de aula também fica comprometida, mas os professores têm direito a um terço de planejamento que poderia ser negociado com capacitação.

Na questão 5ª perguntamos se o professor concorda no que diz respeito se a inclusão realmente acontece nas escolas e obtivemos a seguinte resposta:

*P.1. Da forma que realmente está, deixa muito a desejar, principalmente a gestão. É preciso consciência em cada um de nós.*

*P.2. Infelizmente não. A escola deixa muito a desejar, caminha nessa área da inclusão de forma muito lenta. Se tiver que receber um aluno por exemplo, surdo-mudo, a escola não tem como trabalhar com esse aluno. Não tem profissional especializado nessa área. Mas a escola recebe o aluno, ele fica matriculado, mas não recebe o aprendizado adequado.*

*P.3. Não. Ainda precisa haver entendimento por parte da família, da escola principalmente e ainda o respeito da sociedade que é muito discriminatória.*

*P.4. Não, porque somente as vezes, sendo muito difícil, a realização de tarefas orientadas e direcionadas para os alunos especiais.*

Muitos dos entrevistados não vêm a inclusão da forma que deveria ser, mas não tem o suporte necessário, desde a estrutura, a capacitação, ao material pedagógico e de apoio.

Diante das dificuldades consideramos que existe a grande falta de material, remuneração adequada (nunca é adequada e ainda está longe de ser), falta de cursos, a ausência da família, todos esses fatores são dificuldades apontadas pelas docentes diante do ensino e inclusão.

Percebemos, também, diante dos dados, que as grandes inquietações dos professores é a falta de apoio por parte da gestão ou secretaria de educação que não incentiva, não faz cursos e não promove as capacitações, acarretando com isso uma deficiência na inclusão.

Por fim, pode-se concluir que as escolas ainda estão um pouco distante de incluir e fazer a inclusão realmente acontecer, porém, espera-se mais do professor do que das próprias políticas públicas para incluir de verdade, uma vez que o professor é aquele que ensina e é aquele que quer realmente a aprendizagem satisfatória de seus alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à educação inclusiva, o maior desafio é como praticá-la. Os professores muitas das vezes não tiveram esse preparo no seu curso de formação, não dispõem de tempo, nem de recursos financeiros para aperfeiçoar ou atualizar sua formação, as orientações pedagógicas na maioria das vezes conflitantes, os conteúdos, os materiais didáticos, são distantes da realidade, mas ainda assim o professor é sempre responsável e importante no sentido de colaborar na formação do cidadão.

A formação do professor é questão primordial na perspectiva da educação inclusiva, no sentido de que um ensino de qualidade para alunos que apresentam necessidades especiais, envolve pelo menos dois tipos de formação profissional docente: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado e professores “especialistas” nas diferentes necessidades especiais para atender a esses alunos e apoiar os profissionais que trabalham com esses alunos.

Além da formação, é importante que se criem espaços para a integração desses profissionais discutindo suas ações, seu modo de elaborar e avaliar sua prática pedagógica.

Por fim, a observação da prática desses profissionais tem indicado que na grande maioria dos casos o que vem ocorrendo é a inserção física dos alunos na sala de aula sem que se tome qualquer atitude que traga maiores benefícios para esses alunos. É na prática reflexiva

que o educador tem a possibilidade de perceber sua responsabilidade em respeitar as características que determinam as peculiaridades e necessidades específicas de cada aluno.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- AINSCOW, Mel. **Caminhos para Escolas Inclusivas**. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.
- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2002.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação Intercultural e Complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- BAUTISTA, Rafael. **Necessidades Educativas**. Lisboa, Dinalivro, 1997.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro, Ed. WVA, 1997.
- CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 2000.
- COSTA, M. A família com filhos com Necessidades Educativas Especiais. **Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu: Edições Millennium**, 2004.
- DEMO, Pedro. **A Nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, Papirus, 1997.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo, Cortez, 2001.
- GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.
- MORGADO, José. **Os Desafios da Educação Inclusiva: Fazer as Coisas Certas ou Fazer Certas as Coisas**. Porto, Porto Editora, 2003.
- RUELA, Angélica. **O Aluno Surdo na Escola Regular: A Importância do Contexto Familiar e Escolar**. Lisboa, Instituto Inovação Educacional. Ministério da Educação, 2000.